

Boletim

Auditoria Cidadã da Dívida

Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 3 – 20 de julho de 2002



Vejam neste número

As atividades da Auditoria Cidadã

Enquanto o Congresso Nacional se omite da obrigação de auditar a nossa dívida, vejam o que a Auditoria Cidadã já fez. (pág 4)

Números da dívida

Vejam quanto o país pagou de juros até maio, e quanto foi destinado a todas as áreas sociais. (pág 2)

As mentiras da equipe econômica

“60% do crescimento da dívida pública federal interna no período FHC foi decorrente da assunção de dívidas dos estados e municípios”

“O povo brasileiro é o principal credor da dívida interna, e será o maior prejudicado com a interrupção dos pagamentos”

“A redução de US\$ 32,7 bilhões no estoque da dívida externa, em setembro de 2001, não foi resultado da constatação de um erro, mas de uma mudança metodológica”

Estas são algumas das afirmações constantemente propaladas pelos economistas do governo, e repercutidas sem questionamento pela imprensa servil deste país (pág 6).

O Risco EUA

Enquanto as agências de classificação de risco continuam rebaixando os títulos do Brasil, um país que sempre pagou sua dívida em dia, os Estados Unidos, que possuem risco zero, segundo estas mesmas agências, começam a mostrar como as suas empresas honram os seus compromissos.... (pág 9)

Auditoria Cidadã promove Seminário Internacional para discutir proposta alternativa à do FMI sobre a reestruturação das dívidas

(pág 3)

Elaboração

Rodrigo Vieira de Ávila

Economista – Auditoria Cidadã da Dívida

Números da dívida

De janeiro a maio, o governo federal acumulou um superávit primário (isto é, o desvio de recursos em dinheiro vivo do orçamento para o pagamento de juros da dívida) de R\$ 18,3 bilhões. Ou seja, mais do que foi gasto, até 31 de maio, com todas as áreas sociais (Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura e Organização Agrária). E a dívida diminuiu por causa deste enorme sacrifício imposto à sociedade? Como sempre, não. A dívida consolidada da União já ultrapassa a casa de R\$ 1 trilhão. Se considerarmos somente a dívida mobiliária federal interna, esta passou de R\$ 624,1 bilhões em dezembro de 2001 para R\$ 639,4 bi em maio. Em junho ela subiu ainda mais, para R\$ 653,75 bilhões, devido, preponderantemente, à desvalorização do real frente ao dólar, de 12,78%, que fez aumentar o valor dos títulos indexados à moeda americana.

E o pior: esta parcela da dívida que é indexada à variação cambial não pára de aumentar. Ela era de 28,61% no final do ano passado e hoje está em 33,15%, fazendo com que as recentes desvalorizações do real frente ao dólar aumentem ainda mais a nossa dívida interna. A dívida interna total, considerando-se o endividamento dos estados e municípios, já ultrapassa R\$ 750 bi.

Quando observamos o orçamento da União de 2002, vemos como o governo dá prioridade absoluta ao setor financeiro, gastando com a dívida cerca de R\$ 110 bi. Isto é mais do que a soma de todos os itens selecionados na tabela abaixo (R\$ 65 bi), nos quais se incluem gastos fundamentais como saúde, educação, reforma agrária, etc. Além disto, enquanto o governo já gastou com a dívida interna 37,2% do que programou para o ano, apenas destinou 26,8% do programado para 2002 com os demais itens selecionados.

Esta lentidão com a qual o governo investe no social é ainda mais gritante em algumas áreas como Urbanismo, Habitação e Saneamento (aonde praticamente nada foi gasto até maio), Organização Agrária, Agricultura e Cultura (aonde cerca de 15% do orçamento foi gasto até maio), e áreas vitais como saúde e educação, com as quais foram gastos apenas cerca de 30% do programado para o ano.

JANEIRO A MAIO DE 2002 - GOVERNO FEDERAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento (itens selecionados)	Previsto (R\$ mil) (Dotação Anual)	Realizado (R\$ mil) até Maio (Valores Liquidados)	Liquidado (%)
Segurança Pública	2.063.035	523.673	25,4
Assistência Social	6.430.810	2.212.201	34,4
Saúde	25.885.811	8.495.242	32,8
Educação	14.234.706	4.074.779	28,6
Cultura	358.681	55.339	15,4
Urbanismo	795.536	853	0,1
Habitação	226.099	0	0,0
Saneamento	248.984	0	0,0
Gestão Ambiental	2.787.126	178.042	6,4
Ciência e Tecnologia	2.013.536	422.590	21,0
Agricultura	8.710.736	1.316.397	15,1
Organização Agrária	1.561.023	217.139	13,9
Sub-total	65.316.083	17.496.255	26,8
Serviço da Dívida Interna	83.578.731	31.088.712	37,2
Serviço da Dívida Externa	27.802.990	7.566.431	27,2
Serviço da Dívida - Total	111.381.721	38.655.143	34,7

Fonte: Relatório resumido da execução orçamentária do Governo Federal e outros demonstrativos, Maio de 2002, pág 12. Disponível no site: www.fazenda.stn.gov.br

Enquanto isto, a dívida externa atingiu em fevereiro (segundo a última informação do governo) a cifra de US\$ 208,978 bilhões. Por causa dela, pagamos ao exterior, somente em abril, US\$ 1,828 bi de juros, isto é, mais do que os dólares que conseguimos com a balança comercial de janeiro a abril.

Somente nos primeiros 4 meses do ano, já remetemos ao exterior US\$ 4,677 bilhões de juros, US\$ 1,071 bi de lucros e dividendos, e mais US\$ 1 bi referentes a transportes e viagens internacionais. O que nos dá uma despesa de US\$ 7 bi, que continuamos cobrindo com o chamado “investimento externo direto”, que na realidade, representa, preponderantemente, a venda de empresas brasileiras para controladores estrangeiros. Estes “investimentos” estrangeiros nos renderam US\$ 6,7 bi até abril.

E quando tivermos vendido tudo? O que vamos vender para pagar nossa dívida?

Auditoria Cidadã promove Seminário Internacional para discutir proposta alternativa à do FMI sobre a reestruturação das dívidas dos países em desenvolvimento

Enquanto o FMI e o BIRD estarão discutindo a “Reestruturação das Dívidas dos Emergentes” em setembro na Europa, nós iremos promover em 30 de agosto, em Belo Horizonte, Seminário Internacional para debater, em conjunto com outros países das Américas Latina e Central, uma ALTERNATIVA de Renegociação das Dívidas mais JUSTA, TRANSPARENTE, e que esteja voltada aos interesses dos POVOS e não somente dos ESPECULADORES e INVESTIDORES, como quer Anne Kruger, vice-diretora do FMI. Em breve estaremos abrindo as inscrições para o referido evento.

As atividades da Auditoria Cidadã da Dívida

A Auditoria da Dívida Externa está prevista na Constituição Federal promulgada no ano de 1988, e até hoje não foi realizada. Enquanto o Congresso Nacional se omite, respaldados no voto dos cidadãos que participaram do Plebiscito da Dívida Externa realizado no ano 2000, iniciamos, em 2001, os trabalhos da “Auditoria Cidadã da Dívida”, que consiste no resgate de documentos, realização de estudos, levantamento de dados, mas visa, especialmente, pressionar pela realização da auditoria oficial, prevista em nossa Constituição.

No decorrer dos trabalhos descobrimos que a Auditoria não é uma experiência nova no Brasil. No ano de 1931, o Presidente Getúlio Vargas, determinou que o próprio Ministro da Fazenda Osvaldo Aranha, procedesse uma auditoria em nossa dívida externa, quando se apurou que somente 40% dos contratos encontravam-se devidamente documentados; os valores reais das remessas eram ignorados e, ainda, não havia contabilidade regular da dívida externa federal! Na ocasião, não somente o Brasil, mas vários países latinos, em conjunto, suspenderam o pagamento da dívida, o que fez com que os países credores concedessem descontos. No caso brasileiro, apenas retomamos totalmente os pagamentos em 1943, quando conseguimos um abatimento de 30% na nossa dívida.

Resgatamos também Relatório da Comissão formada em 1987, no Senado Federal, para analisar a moratória decretada por Funaro, merecendo destaque algumas conclusões do relator, Fernando Henrique Cardoso, que provam que havia plena consciência quanto à co-responsabilidade dos credores internacionais, e que cerca de ¼ da dívida externa brasileira referia-se a juros sobre juros, em decorrência da alteração da taxa de juros pelos Estados Unidos.

No ano de 1989 foi formada outra comissão no Congresso, em cumprimento ao artigo 26 das Disposições Transitórias da Constituição Federal, mas a auditoria não chegou a ser realizada. Ainda assim, os relatores prestaram importante serviço à Nação, registrando fatos gravíssimos e até então ignorados pela sociedade. O primeiro relator,

Senador Severo Gomes, apontou a existência de cláusulas de renúncia à alegação de nulidade e à arguição de nossa soberania. O relatório dessa comissão acabou sendo derrotado e até hoje a auditoria prevista na Constituição Federal não foi realizada.

O grupo da auditoria cidadã tem procurado analisar o orçamento da União, no sentido de conscientizar a sociedade sobre o grau de comprometimento dos recursos públicos com a dívida. A Cartilha que lançamos no Fórum Social Mundial e nossos boletins trazem essa análise. Enquanto o governo honra a vultosa dívida financeira, dá um verdadeiro calote na dívida social, condenando milhões de brasileiros à completa exclusão.

Também estamos iniciando cálculo do ônus representado pelas taxas de risco impostas ao Brasil ao longo dos anos. Ora, se temos sido os melhores e mais generosos pagadores do mundo, exigimos que esse “risco” atribuído ao país seja revisto. Há muita inconsistência nesse parâmetro risco-país, que tanto tem prejudicado o país. A posição em que classificam o Brasil é ridícula, se comparada à nossa condição de excelentes pagadores. Nossa maior vulnerabilidade está exatamente nas elevadíssimas taxas de juros, impostas pelo “mercado”, como declarou nosso presidente viajante, quando se encontrava na Rússia.

Estamos também desenvolvendo um trabalho a partir das Resoluções do Senado que aprovaram empréstimos externos, relacionadas aos temas POBREZA/MISÉRIA e ENERGIA ELÉTRICA e as respostas recebidas dos Tribunais de Contas estaduais constituem uma boa amostra da necessidade de se auditar essa dívida. Enquanto algumas respostas alegam a impossibilidade de se verificar o processo de endividamento **público** devido ao sigilo bancário (!), outras simplesmente afirmam que desconhecem as referidas operações de financiamento. Dentre as operações analisadas, destacam-se as destinadas ao “combate à pobreza” que se tornam verdadeiros tiros pela culatra, uma vez que a desvalorização de quase 300% do Real frente ao dólar desde o momento

de contratação dos débitos elevaram estes a quantias impagáveis.

Temos feito grande esforço para popularizar a análise das razões para o crescimento absurdo da dívida brasileira, tanto a interna quanto a externa. Por isso, elaboramos uma cartilha e temos divulgado nosso trabalho, visando fortalecer o processo de conscientização da sociedade, procurando levar informações que normalmente a mídia não publica, mostrar a chocante contradição do nosso rico país abrigar tanta miséria e a enorme responsabilidade das escolhas feitas pelos nossos governantes...

É importante divulgar que o modelo de política econômica adotado pelo governo FHC

objetivando “estabilizar” a moeda e “acabar com a inflação” renderam-lhe enormes frutos políticos, mas estão custando muito caro à Nação.

Há muito trabalho a ser feito. É preciso aprofundar a pesquisa dos elementos que demonstrem com clareza e transparência a verdadeira natureza do processo de endividamento dos países em desenvolvimento, e conectar esse processo com as propostas de ALCA e reestruturação de dívida proposta pelo FMI (descrita no Boletim Auditoria Cidadã n.1). A relação de dependência, submissão e IMPERIALISMO é exatamente a mesma e cada vez mais institucionalizada e abrangente.

As MENTIRAS da equipe econômica

“60% do crescimento da dívida pública federal interna no período FHC foi decorrente da assunção de dívidas dos estados e municípios”

“O povo brasileiro é o principal credor da dívida interna, e será o maior prejudicado com a interrupção dos pagamentos”

“A redução de US\$ 32,7 bilhões no estoque da dívida externa, em setembro de 2001, não foi resultado da constatação de um erro, mas de uma mudança metodológica”

Estas são algumas das afirmações constantemente propaladas pelos economistas do governo, e repercutidas sem questionamento pela imprensa servil deste país. Recentemente, o Ministro Pedro Malan apresentou o dado de que 60% do crescimento da dívida pública federal interna durante o Plano Real - ela cresceu R\$ 563,4 bi, de R\$ 60,7 bi em jul/94 para R\$ 624,1 bi em dezembro de 2001 – foram devidos à assunção, pela União, de dívidas dos estados e municípios (R\$ 337,6 bi), enquanto a responsabilidade dos juros e da desvalorização cambial no aumento da dívida seria de apenas 32% (R\$ 182,2 bi). O restante do crescimento da dívida seria resultado, preponderantemente, do reconhecimento de dívidas antigas não pagas, os chamados “esqueletos”. Segundo o estudo do governo, portanto, a maioria da dívida - 68% - seria causada por dívidas alheias que foram assumidas pela União.

Em primeiro lugar, não há transparência e clareza nesse procedimento. O Governo Federal simplesmente assumiu dívidas sem qualquer questionamento acerca da origem dessas dívidas, muitas vezes espúrias. Não sabemos quantas destas dívidas foram produzidas por roubos de governantes desonestos, por exemplo. Ao invés de auditar o endividamento, permitir a prisão dos responsáveis, e a recuperação do dinheiro, ao assumir intergalmente dívidas de estados e municípios o governo federal transferiu muitos recursos públicos ao setor financeiro privado e ainda impôs a nós, contribuintes, o ônus do pagamento dos juros escorchantes que incidem sobre esta dívida, numa nítida política de favorecimento ao grande capital financeiro.

Em segundo lugar, com esta assunção de dívidas, o governo posa de “benfeitor” dos estados e municípios, porém, se esquece que foi

ele mesmo que piorou o endividamento destas esferas de governo, cujas dívidas foram sobremaneira inchadas pela política de juros altos do governo federal. A partir de 1997, então, o governo propôs assumir estas dívidas, ainda impondo aos governos estaduais que fizessem programas de ajuste, como a privatização de estatais.

Em terceiro lugar, de acordo com a metodologia utilizada pelo estudo do governo, o que consta como assunção das dívidas dos estados e municípios (e boa parte do que consta como “esqueletos retirados do armário”) já embute os juros que incidiram sobre os valores originais da dívidas assumidas! Ora, então, seguindo-se esta metodologia, nada da dívida seria devido aos juros, resultado completamente distorcido da realidade.

Se tomarmos o valor original das dívidas dos Estados e Municípios assumidas pela União (R\$ 194,2 bi), que foram inflados pelo governo (através do dissimulado acréscimo dos juros sobre estes valores) e os reajustarmos apenas pelo INPC até dez/2001, o valor final cairia de R\$ 337,6 para R\$ 243,2 bi. Ou seja, teríamos uma diferença de R\$ 94 bilhões de reais (16,7% da variação da dívida), que seria deslocada da rubrica “assunção de dívidas dos estados e municípios” e constaria agora como juros. Desta forma, o correto seria afirmar que metade (49%, ou R\$ 276,5 bi) do crescimento da dívida foi derivada dos juros e da desvalorização cambial, enquanto a outra metade foi causada pela assunção de dívidas alheias.

Isto desconsiderando que a dívida do Estado de São Paulo, que sozinha significou a maior parte dos passivos assumidos pela União (R\$ 157 bilhões), era de apenas R\$ 93 bilhões um ano antes de ser transferida à esfera federal. Ela cresceu única e exclusivamente por conta

dos altos juros definidos pelo governo. O que nos mostra que o cálculo anterior, da influência dos juros no crescimento da dívida, está fortemente subestimado.

Além do mais, esta análise do ministro Malan oculta a parcela dos juros que foi paga em dinheiro vivo pelo governo federal, e que impediu que a dívida crescesse mais ainda. Este montante, de R\$ 142,5 bi (também reajustados pelo INPC até dez/2001, segundo a revista Conjuntura Econômica, de abril/2002, pág II) no governo FHC, simplesmente não é considerado. Assim, os R\$ 276,5 bilhões (subestimados) do crescimento da dívida devido aos juros incorporados e a desvalorização cambial, mais os R\$ 142,5 bilhões gastos em dinheiro vivo do orçamento federal com juros representam a quantia astronômica de R\$ 419 bi (quase metade de todas as riquezas produzidas pelo país em um ano), que foi o verdadeiro custo desta política que somente privilegia o capital financeiro. **Em outras palavras, o governo FHC transferiu ao setor financeiro, ao longo de seus 7 anos de governo, quase metade de tudo que o país produz em um ano.**

Um outro argumento repetido interminavelmente pelo ministro Malan é o de que se a dívida não for paga, os maiores prejudicados seriam os milhões de brasileiros que possuem contas bancárias e aplicações financeiras. Engraçada esta afirmação do ministro, já que, quando defende o controle da inflação, diz que esta política favorece a maioria da população que, não possuindo aplicações financeiras, não teriam como se defender da inflação. Esta afirmação também contradiz a desculpa que o governo sempre se utilizou para não reduzir as taxas de juros – ou para aumentá-las para níveis escorchantes quando das crises financeiras – que sustentava que, caso elas fossem reduzidas, haveria uma fuga de capitais do país, visto que os investidores estrangeiros compunham boa parte das nossas reservas cambiais aplicando em títulos públicos. Ora, se o detentor da dívida interna é o povo brasileiro, como diz o governo, porque o temor da fuga de capitais com a queda dos juros?

Segundo resposta do Ministério da Fazenda ao requerimento do Sen. Eduardo Suplicy (de 20/10/2000), os economistas do governo alegam que 36,21% da dívida interna

são devidos às instituições financeiras (bancos e outras instituições financeiras), 54,42% aos clientes destas instituições financeiras, e 9,37% a outros credores.

No que se refere aos 36,21% devidos às instituições financeiras (principalmente bancos), o governo alega que este dinheiro é, na verdade, devido às milhões de pessoas detentoras de contas-corrente e cadernetas de poupança, já que estas instituições, aplicando o dinheiro dos seus clientes em títulos públicos, são apenas meras intermediárias desta operação. Deixando de lado que boa parte destes 36,21% são aplicações de recursos captados pelos próprios bancos (até mesmo no exterior, com taxas de juros mais baixas, o que aumenta a nossa dívida externa), é interessante compararmos a remuneração que os clientes recebem por suas contas-corrente (nula) e por suas contas de poupança, muito menores que as taxas de juros pagas pelo governo aos bancos, e infinitamente menores que as cobradas pelos bancos sobre seus clientes, quando estes possuem saldos devedores em cheque especial, por exemplo. Seria interessante também vermos os lucros extraordinários dos bancos em 2001, que chegaram a R\$ 7,76 bilhões, o dobro do ano de 2000, por conta dos seus investimentos em títulos públicos.

No que se refere aos 54,42% da dívida cujos credores são clientes de instituições financeiras - em especial fundos de investimento financeiro (que possuem 40,12% da dívida) e empresas privadas (10,98%) - que, segundo o governo, também são meras intermediárias, repassando os pagamentos de juros do governo diretamente ao povo brasileiro, seria interessante verificarmos quem são estes clientes. São uma minoria da população, ou seja, a parcela mais rica, que aplica em fundos de investimento, e empresas privadas que, na era da financeirização da riqueza, preferem aplicar seu capital em títulos do governo, ganhando 20% ao ano de juros, sem precisar mover uma palha, ou gerar um só emprego. Considerando que o número de contas-corrente no país não chega a 56 milhões (que, ignorando que uma pessoa pode ter várias contas, representariam apenas 33% dos brasileiros), o que se dirá então do número de clientes de fundos de investimento? Apenas para exemplificar isto, nos casos dos fundos geridos

pelo Banco do Brasil, poucos investidores detêm R\$ 20 bi dos R\$ 48 bi aplicados.

Evidentemente que, com os recentes esforços do governo em “democratizar” o acesso aos títulos públicos (vendendo uma migalha deles pela internet, por exemplo), alguns integrantes da classe média passaram a ser credores do governo. Porém, esta é a estratégia governista para legitimar o pagamento de uma dívida cujo calote afetaria, supostamente, a maioria da população. Seria oportuno dizer também ao Ministro Malan que a proposta dos que defendem a auditoria da dívida não é o calote, mas, a auditoria das dívidas assumidas pela União - com a punição dos responsáveis e a recuperação do dinheiro - e a devolução aos cofres públicos do que foi saqueado nestes 7 anos por conta dos aumentos astronômicos dos juros desta política econômica suicida, pelos que dela se beneficiaram.

Outra falácia governista é a redução da dívida externa ocorrida em setembro de 2001, quando ocorreu um abatimento de US\$ 32,7 bilhões no seu estoque contraído pelo setor privado. Segundo o governo, passou-se a considerar como investimento direto empréstimos intercompanhias, e abatido do valor da dívida parcelas vencidas há mais de 120 dias.

Com relação ao primeiro artifício metodológico, responsável por metade da redução de R\$ 32,7 bi, o governo passa a não considerar mais como dívida externa empréstimos contraídos por filiais brasileiras de multinacionais junto a suas matrizes no exterior. Segundo o Banco Central, tais empréstimos têm maior capacidade de serem transformados em investimento puro e simples, que não exigem amortizações e pagamento de juros.

Porém, pensando desta forma, o governo está, simplesmente, admitindo a hipótese de que todos estes empréstimos irão se transformar em investimentos, o que é esperar demais das multinacionais, visto o contínuo crescimento das remessas de juros (de US\$ 10 para 15 bi) e lucros para o exterior (que se multiplicaram por 5) na era FHC. Ora, se estes empréstimos serão pagos em moeda estrangeira, incidindo sobre eles juros, pagos também em moeda estrangeira, eles não são dívida? Só para o governo que não.

E a segunda manipulação, responsável pela outra metade da redução da dívida, é o resultado da constatação, pelo próprio Banco Central (BC), da sua deficiência em controlar as remessas de dinheiro para o exterior. Toda vez que um residente brasileiro toma dinheiro emprestado no exterior, o BC exige deste um plano para o pagamento das prestações, sendo que, a cada amortização, ou remessa de juros para o exterior, o devedor deve fazê-lo dentro deste plano, indicando às autoridades monetárias nacionais a que se refere este pagamento. Assim, o BC pode saber exatamente, a qualquer momento, qual é o montante devido ao exterior, e quanto foram - e serão - as remessas de juros e amortizações para o ano corrente.

Porém, segundo o BC, os devedores nacionais podem pagar suas parcelas da dívida pela via ilegal, ou seja, não declarando ao BC que estão realizando um pagamento da dívida externa. O que leva então a autoridade monetária nacional a não poder registrar esta remessa como redução de dívida. Portanto, para evitar a superestimação da dívida externa, o governo decidiu que todas as parcelas que constarem nos sistemas do BC como vencidas há 120 dias serão retiradas da contabilidade da dívida, visto que elas já foram pagas por vias ilegais, ou se tratam de dívidas perdoadas pelos credores internacionais.

Porém, contrariamente ao que diz o BC, este descontrole das remessas para o exterior foi facilitado pelo próprio governo, através da criação de contas específicas através das quais se manda dinheiro para o exterior sem nenhuma fiscalização, como as contas “CC-5”. De forma que as grandes remessas de juros, atualmente de US\$ 15 bilhões por ano, podem estar sendo até maiores que isto.

Como se vê, as informações do governo devem ser questionadas, o que não ocorre atualmente. Infelizmente, ainda falta no país uma imprensa mais questionadora e independente, com jornalistas econômicos experientes e comprometidos com a verdade.

O Risco EUA

“Investidores, assustados com o risco de seus investimentos, retiram capital do país, fazendo com que a procura pela moeda estrangeira aumente, desvalorizando, então, a moeda nacional.”

À primeira vista, poderíamos pensar que esta seria uma notícia referente às constantes altas do chamado “Risco Brasil”, isto é, dos juros adicionais que temos de pagar aos credores externos, para compensarmos eventuais desconfiças que eles tenham sobre a capacidade de pagarmos nossa dívida externa. Atualmente, estes juros adicionais que pagamos é de aproximadamente 8 vezes o pago pelos EUA a estes mesmos investidores, o que indicaria que o Brasil é um país arriscado para investimentos, enquanto os EUA são um país de risco zero. Certo?

Absolutamente errado. A notícia que vimos acima não se refere ao Brasil. Se refere ao que está ocorrendo com o país de risco considerado zero: os Estados Unidos. Desde o início do ano, o dólar já se desvalorizou 11% frente ao Euro, devido às recentes fugas de capital dos EUA, provocadas pela desconfiça dos investidores com relação a suas aplicações em empresas daquele país. Esta procura pela moeda estrangeira faz com que esta se torne mais cara, devido à lei da oferta e da procura (que está presente também nos mercados de câmbio). O que provoca a desvalorização da moeda nacional, no caso dos EUA, o dólar.

Esta onda de desconfiça nas empresas americanas foi causada pelas recentes revelações de fraudes de seus balanços, que falsificavam lucros e escondiam prejuízos. Foi esta ilusão de prosperidade que fez os EUA sustentarem seu crescimento econômico tão propalado pela mídia nos anos 90, uma vez que 2/3 dos americanos detém recursos aplicados em bolsas de valores, cujas ações então se valorizavam com estes falsos lucros. Os americanos, com esta ilusão de riqueza, compravam mais, o que movimentava a economia.

Recentemente, uma série de escândalos sucessivos vieram à tona, com empresas como a Enron, World Com, Xerox, Merck, Qwest e Bristol Myers sendo apanhadas forjando balanços positivos. E o que deve ser ressaltado é que as agências que auditavam estes balanços

são as mesmas que “calculam” o famigerado risco-Brasil, como no caso do banco JP Morgan, que recentemente desaconselhou os investidores a investirem aqui, ao mesmo tempo em que participava da fraude do balanço da Enron. Ou no caso da Merryl Lynch, que foi processada por ter recomendado investimentos que ela mesmo sabia que eram ruins, e que vem também rebaixando nossos títulos da dívida externa.

Mais uma vez, perguntamos: que autoridade têm estas agências classificadoras de risco para nos fazer pagar altas taxas aos credores - a título de um risco que nunca se efetivou, pois sempre pagamos a nossa dívida - ao mesmo tempo em que são processadas pelos seus atos ilícitos?

Se estes escândalos ocorressem no Brasil, imediatamente estas agências, alegando que isto desencadearia uma fuga em massa de dólares, como ocorreu no México em 1994, rebaixariam os títulos brasileiros, incluindo, claro, os da dívida pública externa. Mas elas continuam atribuindo risco zero aos Estados Unidos.

É interessante vermos como os EUA sustentam esta posição de “risco zero”, mesmo tendo escândalos financeiros, a maior dívida externa do mundo e um rombo na balança comercial gigantesco. Depois da II Guerra mundial, os EUA impuseram ao mundo que o dólar fosse utilizado como moeda válida para o pagamento de obrigações internacionais (como a dívida externa e importações), alegando que, para cada quantidade determinada de dólar, haveria uma quantia equivalente em ouro. Isto é, para um país poder pagar sua dívida externa, ou comprar produtos no exterior, teria de utilizar obrigatoriamente o dólar, pois este teria valor real, ou seja, representaria determinada quantidade de ouro. Porém, no início da década de 70, os americanos simplesmente disseram ao mundo que iriam emitir mais dólares do que o ouro correspondente. Isto significou, na prática, o maior calote da história, visto que, assim, os EUA se negaram a pagar sua dívida externa, no caso, representada pelas suas reservas de ouro.

Atualmente, os EUA podem pagar suas importações e sua dívida externa de uma forma muito simples: imprimindo dinheiro, visto que sua moeda ainda é aceita para o pagamento de obrigações internacionais. Por este motivo, as agências de classificação de risco ainda consideram os EUA como um país de risco zero, a despeito deste ter feito o maior calote da

história. Porém, este reinado pode estar começando a ter seu fim: o Euro, se valorizando frente ao dólar, significa que uma outra moeda pode estar tomando o posto de reserva de valor e meio de troca internacionais, o que acabará com a mais importante e velada forma de dominação americana: a imposição do dólar como moeda internacional.